

- LXXV -

## OS DESAFIOS DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA AS ESCOLAS DO CA

**Nilza da Silva Martins** (UNEB)  
nlima@uneb.br

**Marilde Queiroz Guedes** (UNEB)  
marildequeiroz@outlook.com

A presente comunicação é parte de uma Pesquisa em desenvolvimento intitulada Tecendo Saberes: a relação da Universidade do Estado da Bahia – *campus* Barreiras com as práticas de educação do campo no Território da Bacia do Rio Grande – BA, coordenado por dois grupos de pesquisa: Grupo de Estudo e Pesquisa Educação do Campo (GEPEC) e Grupo de Formação de Professores e Currículo (FORPEC). O recorte deste texto evoca os desafios da formação profissional dos docentes que atuam na escola do campo. A territorialidade desta pesquisa está assentada no município de São Desidério (BA), especificamente nas 31 escolas do campo responsáveis por 74% da educação municipal. O encaminhamento metodológico ampara-se na abordagem qualitativa, por meio de pesquisa teórica, documental e de campo. Utilizou-se como instrumentos o diário de campo e a entrevista semiestruturada realizada com professores, coordenadores e diretores das escolas. O trabalho em pauta tem como objetivo analisar a importância da formação docente para os professores que atuam nas escolas do campo. Para esta análise, recorre-se aos autores Caldart (2004); Gatti (2009); Sacristán (1999) dentre outros. A discussão sobre a formação dos docentes que atuam no campo é recente e está diretamente relacionada aos movimentos sociais do campo, que a partir dos anos 1980 pautaram a educação do/no campo como direito, fazendo com que esta discussão ocupasse espaço relevante nas universidades. A educação das populações do campo sempre foi renegada a segundo plano. A historiografia da educação no Brasil revela que os povos do campo não foram priorizados nos processos educativos, sendo submetidos a uma educação de qualidade inferior, recebendo as sobras do

mundo urbano. Os processos educativos nos espaços rurais iniciam tardiamente pela iniciativa de latifundiários, que visavam apenas preparar mão de obra especializada para operar as novas máquinas, que passaram a ser utilizadas em virtude do processo de mecanização. Esta modalidade educacional, atrelada ao modelo de desenvolvimento em curso, desconsiderava os sujeitos, suas histórias e identidades. A compreensão de educação do/no campo ancora-se nas lutas dos povos do campo e apresenta em sua centralidade a questão da educação como direito humano subjetivo. Neste sentido, um dos aspectos fundantes nesta análise está na formação dos profissionais que vão atuar nas escolas do campo. Segundo o Art. 13 da Resolução CNE/CEB 1 de 03.04.2002, que instituiu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo, os professores, além de formação exigida pela LDB (9394/96), para atuarem nas escolas do campo, necessitam de complementar com conhecimentos na área da diversidade, conhecimentos regionais que valorizem os espaços do campo, contribuindo para o acesso ao conhecimento científico e tecnológico e, conseqüentemente, a melhoria das condições de vida. Ainda, dentro dos marcos legais, destacamos o Parecer e a Resolução 02/2015, do CNE/CP, que chamam a atenção para se pensar a formação dos professores da Educação Básica, a partir da realidade concreta dos sujeitos que dão vida ao currículo e às instituições de educação, sua organização e gestão. Neste sentido, os projetos de formação devem ser contextualizados no espaço e no tempo, em atenção às características das crianças, adolescentes, jovens e adultos. De igual modo, possibilitar a reflexão sobre as relações entre a vida, o conhecimento, a cultura, o profissional do magistério, o estudante e a instituição. Assim, advogamos a favor de um projeto de formação de professores para atuar no campo, para que os mesmos possam se sentir partícipes dessa cultura, considerando a diversidade étnico-cultural de cada comunidade, como preveem os normativos jurídicos. Importante também ressaltar que o PNE 2014-2024, na Meta 15 que trata da política nacional de formação dos profissionais da educação, prevê na estratégia 15.5 “implementar programas específicos para as escolas do campo” e de outras modalidades de ensino. A formação pedagógica apropriada pressupõe conhecimento do campo como espaço de vida, de produção de cultura, de história, de moradia de homens, mulheres, jovens, crianças e idosos. Esta compreensão desmitifica a visão estereotipada do campo como “lugar do atraso” e de seus moradores como “brejeiros”. A pesquisa realizada no ano de 2017 no município de São Desidério (BA) revelou os seguintes dados: 245 (duzentos e quarenta e cinco) professores atuavam no campo, destes 223 (duzentos e vinte e três) possuíam nível superior) e 09 (nove) estavam cursando. Nenhum destes profissionais tem formação específica para atuar em escolas do campo. A

ausência desta formação específica e continuada contribui para que não se constitua processos identitários com a comunidade em que a escola está inserida. Os dados preliminares revelaram, ainda, dentre os vários problemas enfrentados pela educação no território, a repetição das práticas pedagógicas urbanas nos espaços rurais, resultando na ausência de um fortalecimento da identidade e cultura dos povos camponeses. A transmissão de conhecimentos desarticulados e sem significado para os estudantes que frequentam as escolas do campo nos faz levantar a hipótese de existir uma dicotomia entre a educação escolar e o contexto de vida dos educandos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/1996, estabeleça nos Artigos 26 e 28, que “na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região”. Embora a LDB oriente que conteúdos e metodologias sejam apropriadas às necessidades dos alunos, que cada escola tenha organização própria, incluindo adequação do calendário, essas adaptações e práticas parecem desconsiderar as especificidades do campo. Daí problematizarmos que, para além da necessidade de políticas públicas, é imprescindível pensar na formação dos educadores/as que vão atuar no campo, para que o seu fazer didático-pedagógico vá ao encontro dos objetivos e interesses comuns à realidade dessa população, reforçando seu sentimento de pertença e fazendo valer o que já fora garantido pela legislação vigente. Acompanhando o pensamento de Caldart (2004, p. 11), “o desafio das práxis é construir o paradigma (contra-hegemônico) da educação do campo”. Ou seja, “abstrair das experiências, dos debates, das disputas em curso, um conjunto de ideias que possam orientar o pensar sobre a prática (...) orientar e projetar outras práticas e políticas de educação”. É sabido que a sociedade atual impõe uma série de desafios no processo de ensinar e aprender. Independentemente do espaço territorial que os educandos estejam inseridos, a sua formação necessita ser construída a partir de novos parâmetros. Se é consenso para a maioria dos pesquisadores (Flores, 2003; Gatti, 2009; Sacristán, 1999), dentre outros, que a formação de professores é um dos requisitos para a promoção da qualidade na educação, e que o papel social e político do professor é imprescindível para implementar as políticas curriculares nacionais oriundas das reformas educacionais, é necessário e urgente se pensar em uma proposta de formação inicial e continuada para os educadores do campo, na perspectiva de atender aos desafios e às demandas que chegam à escola, na contemporaneidade.

**REFERÊNCIAS**

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 13005*, de 25 de junho. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. DOU, Brasília, 25 de junho, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. *Resolução CNE/CP nº 2*, de 01 de julho. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica, 2015.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 9394*, de 20 de dezembro. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. DOU, Brasília, 23 de dezembro, 1996.

CALDART, R. S. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo. In (pp. 11-31). In: *Por uma educação do campo: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo*. Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004.

FLORES M. A. Dilemas e desafios na formação de professores. In: MORGADO, M. C., PACHECO, J. A., EVANGELISTA, M. O. (Orgs.). *Formação de professores: Perspectivas educacionais e curriculares*, (pp. 127-160). Porto/PT: Porto Editora, 2003.

GATTI, B. A. Formação de Professores: condições e problemas atuais. *Revista Brasileira de Formação de Professores – RBFP*, 1, (pp. 90-102) 2009.

SACRISTÁN, J. G. Poderes instáveis em educação. Tradução B. A. Neves. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.